

Nascimento psíquico e contemporaneidade: implicações metapsicológicas nos modos de estruturação subjetiva

João Luiz Leitão Paravidini

Psicólogo. Psicanalista. Professor Adjunto do Instituto de Psicologia e da Pós-Graduação da Universidade Federal de Uberlândia. Doutor em Saúde Mental pela Universidade de Campinas.

End.: Av. Uirapuru, 934, Cidade Jardim. Uberlândia, MG.
CEP: 38412-166.

E-mail: paravidini@ufu.br

Tiago Humberto Rodrigues Rocha

Psicólogo. Professor da Sociedade de Ensino Superior de Patos de Minas. Mestre em Psicologia Aplicada pela Universidade Federal de Uberlândia. Especialista em Clínica Psicanalítica pela UFU-MG.

End.: R. Boa Esperança, 522, Vila Maria Helena. Uberaba, MG. CEP 38020-120.

E-mail: tiagohrr@hotmail.com

Hélvia Cristine Castro Silva Perfeito

Psicóloga do Centro de Psicologia Aplicada da Universidade Federal de Uberlândia. Especialista em Psicologia Clínica. Mestre em Psicologia Aplicada pela UFU-MG.

End.: Rua um, nº 91, Jardim Panorama. Araguari, MG.
CEP 38440359.

E-mail: helviacristine@yahoo.com.br

Adriana Fayad Campos

Psicóloga. Mestra em Psicologia Aplicada pela Universidade Federal de Uberlândia. Especialista em Psicologia do Esporte pela UniFMU – Faculdades Metropolitanas Unidas-SP

End.: R. General Osório, nº 39, apt. 301, Fundinho. Uberlândia, MG. CEP: 38400-158.

E-mail: adrianafayad@yahoo.com.br

Andréa Gonçalves Dias

Psicóloga. Esquizodramatista pelo Instituto Félix Guattari em Uberaba. Especialista em Gestalt Terapia pelo Instituto de Gestalt Terapia do Triângulo Mineiro. Mestra em Psicologia Aplicada pela Universidade Federal de Uberlândia.

End.: Rua das Flamboyants, 400. Uberlândia-MG. CEP: 38402-104

E-mail: andreagondi@hotmail.com

Resumo

As transformações subjetivas sempre estiveram atreladas às macro modificações sociais que acompanharam a história da humanidade. De tal sorte, uma detida reflexão sobre a composição tanto do social, quanto da subjetividade, deve fazer parte de toda tentativa de apreensão da multiplicidade constitutiva do sujeito humano. Este trabalho estrutura-se dentro da compreensão lacaniana do nascimento psíquico e tem como objetivo refletir sobre as transformações subjetivas associadas ao atual contexto sócio-histórico-cultural, tendo como recortes uma propaganda televisiva e o uso do telefone celular. A partir de tais elementos contemporâneos, pensamos a possibilidade de uma análise do processo de subjetivação quanto ao conceito de alteridade, noção fundamental na estruturação psíquica. As relações de gozo da contemporaneidade são cada vez mais vividas num campo de busca pela não ausência de faltas. Essas são a todo instante compensadas com um sujeito excessivamente operante, produtor

de atos desprovidos de simbolismo. Assim, procuramos articular as implicações deste sujeito contemporâneo – que vive novos modos intersubjetivos – com a questão do nascimento psíquico na atualidade.

Palavras-chave: psicanálise, formação do psiquismo, alteridade, subjetivação, contemporaneidade.

Abstract

The subjective human transformations have always been linked to the social macro modification which has followed the history of humanity. Therefore a hold reflection on both social and from the subjectivity must be part of all the trying of understanding the constitutive multiplicity of a human subject. This work is structured within the Lacanian comprehension of the psychic birth and has as objective to reflect upon subjective transformation associated to the current social historical cultural context, having as cut outs a TV commercial and the use of a cell phone. From these contemporary elements we thought out the possibility of an analysis of the subjectivity process according to the process of alterity which is a fundamental notion in the psychic structure. The relation of enjoyment of new things are lived each day more in a searching field for the lack of lackness. These are at every moment compensated with a subject extremely active who acts without any symbolism at all. So we try to articulate the implications of this contemporary subject – who lives the new inter-subjective way – with the question of the psychic birth nowadays.

Key words: psychoanalyses, psychic formation, alterity, subjectivity, contemporaneity.

As transformações subjetivas sempre estiveram atreladas às macro modificações sociais que acompanharam a história da humanidade. De tal sorte, uma detida reflexão sobre a composição tanto do social, quanto da subjetividade, deve fazer parte de toda tentativa de apreensão da multiplicidade constitutiva do sujeito humano.

Pensar o sujeito contemporâneo requer necessariamente submetê-lo à posição de desamparo originada pela queda de

referenciais, tais como a família patriarcal, a falência do Estado e a superação da ciência como promessa de desenvolvimento humano. Frente a tais esgotamentos, o sujeito contemporâneo estrutura-se psiquicamente de maneira distinta daquela do século XIX. Como nos lembra Maia “na atualidade, ou pós-modernidade, conseqüência lógica ou ilógica da modernidade, os sujeitos são pressionados a se desvencilhar da estabilidade da ordem e da identidade” (2003, p. 61-62). Sendo assim, reações diversas processam-se no cotidiano atual, inscrevendo o desejo num terreno até então desconhecido e revelando-o de forma inusitada. Destarte, pensar os processos simbólicos atuais requer mais do que atualizar a escrita psicanalítica.

Pensar as origens do psiquismo no momento atual requer uma nova possibilidade de reflexão metapsicológica sobre as relações identitárias e alteritárias. Assim, este artigo se propõe a articular a alteridade a partir das origens do psiquismo e dos processos de subjetivação contemporâneos, utilizando, para isto, recortes da atualidade.

Foram selecionadas duas situações. A primeira trata-se de uma propaganda automobilística televisiva e, a segunda situação, uma pesquisa sobre as implicações do uso de celulares. Antes, porém, faz-se necessário percorrer algumas contingências históricas da família e o atual contexto sócio-cultural, bem como uma abordagem metapsicológica da origem do psiquismo.

O contexto sócio-histórico-cultural e a família contemporânea

Elisabeth Roudinesco (2003) realiza uma importante análise diante dos chamados três grandes períodos na evolução e transformação da família, quais sejam: as famílias tradicional, moderna e contemporânea.

O período tradicional refere-se àquele em que a célula familiar é tida sob a ordem do imutável e a autoridade patriarcal é vista como verdadeira transposição da monarquia de direito divino, ou seja, o pai é tido como a encarnação familiar de Deus e senhor das famílias.

A partir do século XVIII até meados do século XX, a família passa então a funcionar segundo uma lógica afetiva e se funda dentro do amor romântico. Na família moderna, a autoridade passa a ser dividida entre o Estado e os pais de um lado, e entre os pais e as mães de outro.

A família contemporânea ou pós-moderna caracteriza-se, desde os anos 60, como a família mutilada de hoje. Compõe-se da união de dois indivíduos com uma duração relativa, onde a transmissão da autoridade torna-se problemática à medida que divórcios, separações e recomposições conjugais aumentam. É uma família de múltiplas aparências, com o lugar de poder descentralizado. Uma família horizontal e fraterna na qual cada um se sente autônomo ou funcionalizado e o homem assume um papel mais maternalizante. Pode ser caracterizada como co-parental (poder paterno dividido com a mãe), bi-parental, multiparental, pluriparental ou monoparental, sendo assim uma família construída, desconstruída e reconstruída onde os filhos são educados sob a autoridade de dois pais e duas mães convivendo com meios-irmãos ou meias irmãs.

Neste sentido, o lugar central destinado à posição paterna, inicialmente de encarnação familiar de Deus, passa então para uma posição atual de uma imagem invertida de si mesmo, deixando transparecer um eu descentrado, autobiográfico e individualizado (Roudinesco, 2003). O poder paterno é mantido cada vez mais de uma forma abstrata. É a instalação do declínio da posição paterna, a crise da função paterna, a qual certamente há de operar mudanças significativas nas posições dos membros da família, outrora hierarquizada e vertical, com lugares imutáveis e rígidos, para maior flexibilidade e mudanças.

Estamos vivendo então, na contemporaneidade, na ordem da horizontalidade, da família fraterna e não mais na ordem da verticalidade. Desta forma, a posição de prioridade da lei do pai, ordenador de certa lógica, de ordenação do sujeito, está em crise, com dificuldades de subsistir.

Cecarelli (apud Passos, 2002) analisa as mudanças ocorridas nos últimos tempos nas relações de filiação, sobretudo no que concerne à função paterna. Segundo o autor, a espécie humana

tem experienciado uma verdadeira crise das referências simbólicas, de formas e intensidades diferentes, a depender do contexto cultural e temporal, associadas ao exercício das funções parentais que se mostram esvaziadas ou deslocadas.

Além disto, podemos pensar que o esvaziamento ou deslocamento das funções parentais estão também vinculados a elementos sócio-histórico-culturais, os quais também contribuíram para essas mudanças do grupo familiar, principalmente quanto ao lugar da mulher e sua emancipação na sociedade e a função materna.

Neste contexto, alguns marcos no século XX foram significativos para essa mudança, como o feminismo e as duas grandes Guerras Mundiais.

A Primeira Grande Guerra provocou mudanças no cotidiano feminino, pois as mulheres tiveram que aprender a prescindir dos homens, sendo obrigadas a trabalhar para continuarem a viver e, na Segunda Guerra, deram prova de sua determinação (até então prerrogativa masculina), alistando-se e engajando-se na batalha.

Além disto, o lugar da mulher sofreu mudanças radicais com respeito a sua sexualidade e conquista de diversos processos de procriação, a partir do avanço da ciência e da alta tecnologia (inseminação artificial), os quais aumentaram o poder feminino. A mulher passa então a ter um poder sobre a maternidade jamais visto antes, no qual o lugar do pai poderá ser excluído ou não. (Roudinesco, 2003)

Não só o lugar da mulher se modificou, mas também o lugar da criança, pois mediante as recomposições familiares constantes, o destino e a continuidade do grupo familiar terá o seu peso recaído sobre a própria criança, em virtude da precariedade dos vínculos do casamento. (Botbol e Lecoutre, 2004).

Desta forma, exigências cada vez maiores hão de ser colocadas sobre as crianças, no sentido de estimular precocemente as suas competências para que se tornem mais rapidamente autônomas, a partir de um modelo adultomorfo.

Este modelo adultomorfo projetado nas crianças advém não só das demandas parentais (gozo narcísico), mas também das demandas sociais, de um eu ideal social, ou seja, na sociedade há

uma exigência que a criança corresponda a uma imagem-modelo proposta pelas ideologias, sejam elas políticas, sociais, pedagógicas ou psicológicas. (Balbo, 1992, apud, 2001)

Tanto o narcisismo acentuado quanto o consumismo são marcas contemporâneas que interferem no modo de estruturação subjetiva.

Hoje, os pais e as mães são tomados na condição narcísica (eu-ideal) em relação a seus bebês, tidos como bonecos, os quais podem ser tudo ou ter tudo e onde há a evitação da condição de castração, ou seja, de que algo vá faltar. Como exemplo prático disto, podemos citar o guarda-roupas cheio de sapatos e roupas que um bebê recebe já na sua chegada ao mundo e que não terá nem condições de usufruir, pois a medida é exagerada, há excesso em tudo. A relação desde o início já é mediada pelo consumismo.

No imperativo do pleno gozo de tudo poder ter, o ideal de eu deixa de se atrelar a valores e modelos a serem seguidos e passa a se atrelar a objetos que o sujeito necessita ter para alcançar a felicidade.

Até o outro ser humano torna-se objeto de consumo, um outro coisificado sob a perspectiva narcisista, como um meio de alimentar o eu e não uma verdadeira relação de alteridade.

Entendemos que é a partir das trocas nas relações alteritárias que há de se instalar as diferenças e, portanto, a dor se fará presente, afeto este que o sujeito contemporâneo quer evitar a todo custo.

Deste modo, a frustração e a dor, afetos vinculados à falta, não são hoje reconhecidos como constitutivos do percurso rumo aos ideais de prazer e alegria, mas passam a ser indicadores da insuficiência do indivíduo contemporâneo. (Maia & Albuquerque, 2000)

Uma das marcas predominantes da contemporaneidade diz respeito ao hedonismo e à permissividade. Com o declínio da autoridade patriarcal a ética do prazer (hedonismo) não encontra limites e há uma verdadeira institucionalização do que pertencia ao campo da transgressão (Fortes, 2004). Desta forma, podemos tudo (permissividade), inclusive buscar uma felicidade mítica por meio de ideais imaginários, garantindo às crianças a plena reali-

zação da felicidade e a evitação da dor: “meu filho não irá passar pelo que eu passei”, podemos ouvir da voz de um pai ou uma mãe. E neste sentido de obtenção de uma felicidade mítica, a mídia tem um papel fundamental, pois vai alimentar nossos recursos mágicos e nossa onipotência. (Albuquerque, 2004)

O valor central propagado pela mídia é o sucesso imediato, construído através dos modelos de sucesso, personagens de vida pública que se tornam referência de como deveríamos e, principalmente, poderíamos ser.

Através do mimetismo (vestir roupa igual, cabelo semelhante) no âmbito da mídia-fascinação, mães e pais crêem que seus filhos podem se tornar personalidades famosas imitando seus trejeitos. (Maia & Albuquerque, 2000)

Vivemos um tempo do simulacro, da imitação e do disfarce, marcas sócio-histórico-culturais. Antes a educação era em direção a um sujeito valoroso, que pudesse obter suas conquistas, sua posição na sociedade em função de seus dons e talentos e de um esforço pessoal. Hoje não basta ser, é preciso parecer ser. (Araújo, 2002)

Na igualdade, na superficialidade das relações e no mundo sensorial e de imagens, facilmente digerido, nossa capacidade crítica e reflexiva é diminuída, pois o espectador é poupado do trabalho de pensar. Assim, outro elemento contemporâneo, o imediatismo e a urgência, vão permear as relações. O tempo para postergar desejos, vivendo frustrações, parece estar reduzido num circuito pulsional curto, onde estes desejos devem ser imediatamente realizados e satisfeitos, num clima de urgência permanente.

A globalização e a revolução informática são dois fenômenos fundamentais dos anos 80 e 90 que se conjugaram para comprimir o espaço-tempo e aumentaram a lógica da brevidade, criando a sensação de simultaneidade e de imediatez, a qual desvaloriza cada vez mais as formas de espera e lentidão, colaborando assim para instalar uma lógica da urgência e de um presentismo exacerbado. (Lipovetsky, 2004)

Este tempo presente e a realização instantânea do desejo interfere no modo das subjetividades atuais, as quais se diferem em

muito de outrora, do mundo introspectivo, herdeiro do romantismo, marcado pela interioridade e introspecção do indivíduo. Neste sentido, hoje o invólucro vale mais que o conteúdo, o corpo não pode mostrar as marcas do tempo e o sofrimento psíquico do homem contemporâneo parece preso a este corpo (somatizações), fechado na exigência narcísica imposta pela sociedade de consumo (Pinheiro e Verztman, 2003)

A frustração, que se constitui essencial e é o ponto de partida que exige trabalho de elaboração do aparelho psíquico, parece algo a ser obliterado, pois o indivíduo não pode mais se frustrar, tem que ser satisfeito a todo tempo. É a falência das possibilidades introjetivas, onde o tempo do processo, da elaboração, da dimensão de trabalho e postergação é colocado em cheque, abrindo então um caminho para um mecanismo de apreensão do objeto mediante um caráter mágico e instantâneo, o mecanismo de incorporação. (Maia & Albuquerque, 2000)

Mas este estado de coisas acaba tendo efeito oposto, pois não havendo trabalho de luto em relação a um objeto desejado, não havendo frustração, não há trabalho psíquico e sim uma substituição alucinada, um preenchimento, o qual traz conseqüências para o sujeito contemporâneo, um mal estar, um estado de precariedade interna e de grande fragilidade e insegurança.

Tais sentimentos levam o indivíduo a vivenciar um desamparo tal, que ele se entrega a um outro de forma masoquista, oferecendo o seu corpo “como objeto de gozo em troca da proteção que os laços outrora legitimados pela cultura não oferecem mais”, constituindo então mais uma marca do homem contemporâneo, a presença de um forte componente de masoquismo nas relações subjetivas atuais (Fortes, 2004, p.75).

Origem do psiquismo: uma abordagem metapsicológica

O pensamento freudiano é perpassado por uma articulação do conflito decorrente da polarização natureza/cultura. O conflito retrata a batalha entre o princípio do prazer para ter suas pulsões sexuais descarregadas, com as exigências da vida em sociedade, limitando a expressão dessas pulsões, utilizando-se da pulsão de

auto-conservação para tal fim. Contudo, essa noção de conflito tornou-se incompatível com a complexidade intra-psíquica que nasce juntamente com a compreensão de toda significância que porta o conceito de narcisismo. O conflito, a partir daí, não pode mais ser encarado como existente apenas nessa interface entre indivíduo e sociedade, mas sim como condição inerentemente interna ao próprio sujeito, transformando então a ambivalência afetiva num contexto humano inevitável (Plastino, 2001).

Essa ambivalência afetiva – vista por Freud como inescapável à condição humana – vem a desencadear uma série de descobertas. Entre elas, os estudos da libido objetal e libido narcísica. Ele entende que é necessário que o indivíduo saia de sua posição narcísica, que busque a relação de objeto para evitar seu adoecimento psíquico. Portanto, não seria importante apenas para a cultura que essa operação contra-narcísica se dê, mas também para o próprio bem-estar do sujeito, ainda que este bem-estar traga a marca da efemeridade em seu bojo.

Desta maneira, aceitando-se a complexidade do real e sua heterogeneidade, Freud nos mostrou modos de apreensão do real que por não estarem organizados pela lógica racional, tampouco podem ser abordados pela lógica identitária. Claro que estes modos de apreensão só fazem sentido dentro da psicanálise, porque só no campo psicanalítico essa lógica própria pode surgir em suas muitas nuances, lógica esta que, muitas décadas após Freud, Herrmann (1998) chamaria de lógica de concepção.

Portanto, a superação do narcisismo na perspectiva freudiana, é importante não apenas para a socialização do indivíduo, mas também para a própria constituição do sujeito, para a sua subjetivação, mais do que para um suposto bem-estar idílico. Somente enquanto ser reconhecidamente desamparado é que o sujeito do desejo pode se firmar como tal. A relação deste processo de socialização do indivíduo está vinculada ao conceito de estrutura e do Outro primordial.

O lugar do sujeito pré-existe a ele próprio (estrutura), mas não é suficiente para que o sujeito venha ali ocupar um lugar de sujeito desejante. Conforme Miller, Lacan era um estruturalista que buscava uma conjunção entre estrutura e sujeito, “ele tentou elabo-

rar qual é o estatuto do sujeito compatível com a idéia de estrutura” (2002, p. 24). Neste sentido, há um campo de tensão em que o conceito de estrutura é tido como algo já dado e que antecede ao sujeito sem que, no entanto, permita uma explicação total da subjetividade em formação. Há um espaço em aberto no sujeito a advir, que não está dado de antemão.

A premissa básica da psicanálise refere-se ao descentramento do eu, ou seja, “o ego não é Senhor da sua própria casa” (Freud, 1925/1977, p.178). Através dos lapsos, atos falhos, sonhos, sintomas, o sujeito fala de si mesmo de um outro lugar que não é o da consciência. Existe um outro em si mesmo (sujeito dividido) que é a sua própria alteridade, o outro inconsciente que fala de outro lugar psíquico em relação à consciência.

Desta forma, o Outro tem um duplo sentido de exterioridade, não só em relação a si mesmo em sua própria (ex)-centricidade como já preconizou Freud, mas também em um sentido transindividual, que

(...) remete à ordem da linguagem de uma forma geral, tal qual esta preexiste e condiciona o fenômeno humano e essa ordem compreende toda a realidade lingüística na qual uma cultura vem a se condensar e se constituir, banhando um indivíduo muito antes que dele surja palavra articulada. (Fernandes,2000, p.39)

No conceito do Outro, do grande Outro, “nele se situam as coordenadas simbólicas que presidem e possibilitam o surgimento de um sujeito” (Fernandes, 2000, p.27). Estas coordenadas referem-se à linguagem, às leis, à cultura, a valores, à história familiar atual e a de seus antepassados, todo o universo lingüístico e desejos presentes no Outro primordial. Um Outro encarnado na figura de um pai, mãe, avó, instituição ou outro qualquer responsável então pelo advento do sujeito a ser.

Neste sentido, um bebê já é “falado” desde antes de seu nascimento e sua história já o antecede antes que ele surja como pessoa física. Ele já é “sonhado” e “falado” por este Outro inserido em um contexto simbólico, real e imaginário. O bebê se constituirá a partir destes campos (real, simbólico e imaginário) entrelaçados,

onde as marcas inconscientes, os fantasmas do campo imaginário do Outro primordial (segundo a sua própria estruturação edípica) haverão de formar as mediações possíveis para inserção deste bebê no mundo simbólico. Mas também, para além desta articulação múltipla, haverá uma parte que caberá a um si mesmo, e que é singular.

Lacan (1964/1985) formulara também duas operações constituintes do sujeito a partir do Outro: a alienação e a separação. Estas duas operações são inseparáveis e se dão em tempos lógicos, os quais independem da cronologia e estão em dependência lógica de uma relação com um Outro primordial. No estágio inicial, o bebê humano é totalmente dependente de um outro que o ampare e cuide dele para que possa sobreviver (desamparo original) e é neste tempo original do encontro com o Outro primordial que “advirão as primeiras experiências de satisfação, pondo em marchas as primeiras inscrições psíquicas” (Fernandes, 2000, p.53). Neste primeiro encontro com o Outro primordial, este haverá que se constituir em um Outro absoluto do sujeito onde o bebê deverá alienar-se, sendo esta a condição essencial para a existência dele.

No tempo lógico da alienação, o bebê é enunciado por um outro e está alienado no desejo deste Outro primordial. Os desejos parentais que são dirigidos ao bebê estão num campo narcísico, os quais advém do próprio passado e das relações edípicas parentais e antecipam para o bebê uma aposta, um voto em relação ao futuro, que é um futuro antecipado daquilo que este bebê haverá de ser (Jerusalinsky, 2002).

O que uma mãe ou quem cuida de um bebê vê nele como uma possibilidade, antecipa um futuro que ainda não existe, mas que é neste desejo e nesta aposta que ele poderá se dar. Por exemplo, uma mãe poderá falar com seu bebê, como se ele a entendesse, antecipando algo que se dará, assim como também em relação aos diversos desejos narcísicos parentais que possibilitam vislumbrar em um pequeno ser, um grande jogador de futebol ou uma brilhante bailarina, escritor, artista, médico etc. Na condição de alienação, a criança ao assujeitar-se ao Outro se torna, em certo sentido, um dos sujeitos da linguagem e esta escolha de sujeição é necessária para que o indivíduo advenha como sujeito (Fink, 1998).

A operação de separação envolve o confronto do sujeito alienado com o Outro, não como linguagem, mas como desejo e “consiste na tentativa por parte do sujeito alienado de lidar com esse desejo do Outro na maneira como ele se manifesta no mundo do sujeito” (Fink, 1998, p.73). Nesta posição, a criança entende que não é o único objeto de desejo do Outro primordial, mas que o desejo deste se constitui para além dela (criança); é um desejo de algo mais. O bebê não completa! Há algo que falta, que está para além dele. É nesta falta, neste lugar faltante que irá se constituir um sujeito, um ser também em falta.

O desejo do bebê será em direção para aquele desejo do Outro primordial, que está para além do próprio bebê. Sendo assim, haverá sempre uma busca contínua de algo faltante (desejo) no processo de subjetivação ao longo da existência de um sujeito.

A separação implica uma situação na qual tanto o sujeito quanto o Outro estão excluídos. O ser do sujeito deve então vir, de certa forma, de ‘fora’, de alguma coisa outra que não o sujeito e o Outro, algo que não é exatamente nem um nem outro. (Fink, 1998, p.76)

A incompletude, a falta, é a condição humanizante, posto que não está referida nem ao ser sujeito ou do Outro, mas dimensiona e posiciona a ambos em relação a si e à vida. Por isso mesmo, o Outro primordial deve ter em si esta condição faltante, a lei paterna internalizada. Em um ritmo de presença-ausência, a função materna exercida pelo Outro primordial carrega em si esta condição faltante, o que, de outra forma, numa presença absoluta, sem espaço, sem hiância, acarretaria numa relação de gozo absoluto e pleno, gerador de diversas patologias e formas de existência.

É a partir das sanções simbólicas do agente materno que se imprimem os ritmos de funcionamento de funções orgânicas de um bebê. É por meio da alternância entre fome-saciedade, sono-vigília, repouso-atividade, que o funcionamento pulsional do bebê se organiza de acordo com a letra impressa em seu corpo pelo gozo e desejo materno. (Jerusalinsky, 2002, p.157)

A partir da alternância citada acima e no jogo da presença-ausência, que se cria um objeto de outro modo, ou seja, uma

representação simbólica de algo que já não está mais presente, mas que já existiu em uma situação outrora vivida com elementos engeneizados na relação com o outro.

Em relação ao agente materno em sua função, quatro operações fundamentais deverão se constituir para o advento do sujeito no bebê, sendo que todas elas devem estar articuladas num mesmo movimento, no campo da dialética do desejo materno e também vinculadas a um diferencial que é próprio da criança. São elas: a demanda da mãe em relação à criança, inscrevendo-a no campo da linguagem e oferecendo a ela objetos de dom, amor; a suposição da existência de um sujeito em um processo de antecipação; a alternância entre presença-ausência e um espaço para a alteridade, um espaço para o bebê surgir com aquilo que é dele próprio (Jerusalinsky, 2002).

Quanto à função paterna, esta já está em jogo no próprio desejo da mãe. Se a criança não tem a ausência da ausência da mãe, não poderá entrar na condição simbólica. Se a mãe é toda para o seu bebê, então não há alteridade, o que se constitui em um caminho conhecido para as psicoses e outras psicopatologias. As leis inscritas na função paterna são fundantes do humano e é no conceito de castração, sustentadora das separações narcísicas, onde se instaura a condição da falta, do desejo, como operação simbólica constitutiva da diferença sexual.

O lugar de alguém está sempre no desejo do desejo de um outro, a partir da diferença sexual, das identificações e das leis, mas tudo isto também vinculado a um contexto social e cultural. Dentro desta concepção psicanalítica há que existir um mínimo de 'triangulação' (circulação potencializadora) para que haja sujeito desejante, ou seja, um bebê sempre articulado a um Outro primordial que não se fecha a este bebê numa posição de gozo, mas que este Outro (agente materno) tenha em si a função paterna articulada para que abra espaço ao devir deste bebê.

Ilustrações do cotidiano

Escolhemos duas situações a fim de ilustrar as peculiaridades do contemporâneo. A primeira delas trata-se de uma situação fictícia, ilustrada por uma propaganda televisiva. A propaganda é

sobre uma marca de veículos e tem como principal referencial o desenvolvimento cronológico de um jovem. Inicia-se da seguinte maneira: Uma mãe oferece a seu bebê duas mamadeiras, uma de suco, outra de leite, ele então, pega as duas; na adolescência, observa dois pares de tênis de cores distintas, na dúvida sobre qual par escolher, ele calça cada pé com um tênis de cor distinta ao outro; na praia, entre uma água de coco e um refrigerante, ele pega os dois; quando jovem, vê duas moças, uma morena e uma loira, ele então, fica com as duas ao mesmo tempo; ao final, ele aparece em um carro que pode usar os dois tipos de combustível, álcool e gasolina e em seguida a propaganda termina quando o jovem se vê **obrigado a decidir** entre dois caminhos, porém não escolhe nenhum dos dois e adentra por uma terceira via – um matagal à sua frente. A propaganda finaliza com o seguinte *slogan*: “Liberdade para escolher o que quiser”! Este recorte da atualidade de poderá nos levar a algumas reflexões.

É inegável que estamos vivendo em um tempo de grande oferta de consumo, onde a mensagem veiculada é “Pode-se tudo”. Saímos de um tempo de escassez e entramos no campo do excesso. Pode-se comprar tudo em longas parcelas escritas em letras grandes e chamativas, pode-se ter tudo, pode-se estar em qualquer lugar através da Internet, pode-se ter notícias globais a qualquer instante. A sensação provocada é de absoluta potência. Todavia percebemos que, pela fragmentação (em muitas parcelas para um produto de preço geralmente elevado), tenta-se anular a totalização. Há um mínimo de esforço e um máximo de gozo com a promessa de continuidade de euforia permanente.

Estas condições são reafirmadas por Lipovetsky (2004) quando considera que no momento contemporâneo – na hiper-modernidade – se faz delinear:

(...) um presente que substituiu a ação coletiva pelas felicidades privadas, a tradição pelo movimento, as esperanças do futuro pelo êxtase do presente sempre novo. Nasce toda uma cultura hedonista e psicologista que incita à satisfação imediata das necessidades, estimula a urgência dos prazeres, enaltece o florescimento pessoal, coloca no pedestal o paraíso do bem-estar, do conforto

e do lazer. Consumir sem esperar; viajar; divertir-se; não renunciar a nada: as políticas do futuro radiante foram sucedidas pelo consumo como promessa de um futuro eufórico. (Lipovetsky, 2004, p.60-61)

“Pode-se tudo” aparece em primeiro plano, mas o “desde que” (pequeninho)... este, “o desde que”, o qual diz respeito à implicação do sujeito à escolha que terá que fazer, ou ao que terá que perder, quase não aparece. Na ética edipiana há uma implicação em perder algo e não sendo tudo o que o bebê imagina ser ou querer, ele assim poderá ser. Bem como o processo de separação requer a ruptura do momento alienante do desejo do sujeito no desejo do Outro, arcando com as perdas daí inerentes. No entanto, na ética atual parece não haver a implicação da perda, ou seja, pode-se ser qualquer coisa, pode-se ser qualquer pessoa nos bate-papos da Internet, há um excesso de tudo, um gozo, uma promessa de paraíso diante de um imediatismo exagerado. Na contemporaneidade, o “pode tudo” em letras garrafais é do agora, do imediato, e o “desde que” pequenino, o qual implica em perdas e nas implicações de cada um, fica obliterado, ou seja, esquecido.

Inicialmente é a marca contemporânea do imediatismo e do hedonismo que operam, mas o “desde que”, esquecido num primeiro momento, há de cobrar ao sujeito o preço deste esquecimento, o qual virá por outras vias, solapando o indivíduo com aquilo com que ele próprio se endividou, não só no sentido real, mas do custo para si próprio de suas ações, culminando em sentimentos relativos a uma intensa precariedade interna, angústia e insegurança.

A referida propaganda automobilística mostra-nos isto muito bem. No momento em que o sujeito é convocado a fazer uma escolha, ele se envereda por um terceiro caminho. Este momento fundamental da decisão evoca-lhe o estado de desamparo crucial e originário. Neste ponto é que toma importância a dimensão do “posso tudo” – “desde que”: Posso tudo, escolho tudo, não abro mão de nada, desde que não seja evocado a fazer nenhuma decisão. É a dimensão da não perda, onde o sujeito humano aproxima-se cada vez mais de uma grande boca em busca de um grande seio idealizado, onde tudo é possível, até mesmo o impossível da não-perda, ao qual adere com olhos, unhas, bocas e dentes. Um

sujeito alienado a um estado gozoso pleno, num campo de excessos e não abertura ao desamparo. Testemunhamos a própria busca de um eu ideal e o esgotamento dos ideais de eu, visto a falência dos componentes simbólicos tão observados no momento contemporâneo, como por exemplo, família, política e Estado. Frente à falência de possibilidade de se introjetar componentes simbólicos de um outro distinto, como por exemplo, valores e o desejo, a contemporaneidade cada vez mais utiliza-se de mecanismos de incorporação. Herzog e Salztrager delinham este mecanismo da seguinte maneira:

A incorporação se constitui como um procedimento eminentemente defensivo, convocado para salvaguardar determinado estado de coisas e se opor a qualquer mudança psíquica que o trabalho de elaboração da perda objetal possa promover. (Herzog e Salztrager, 2003, p. 40)

O sujeito da propaganda vai incorporando objetos reais em seu repertório vivencial, figuras mercantilizadas em busca da manutenção de um ego ideal, evitando a perda conseqüente do processo de investimento da energia libidinal empregada em suas relações objetais. De forma idêntica, o sujeito contemporâneo coloca-se incessantemente numa posição de não-ausência, não-morte – de não elaboração dos pequenos lutos vividos no cotidiano. Semelhante a um bebê que não consegue atingir a condição de separação, mantendo-se plenamente alienado em um outro; no caso da propaganda em um estado de não escolha permanente.

A segunda situação que escolhemos para ilustrar as vicissitudes da atualidade diz respeito às implicações subjetivas do uso de telefones celulares no contexto da contemporaneidade. A pesquisa de Nicolai-da-Costa (2004) foi realizada com jovens de 18 a 25 anos de idade. Dentre os resultados mais significativos, destaca-se de antemão a confusão e contradição do discurso destes entrevistados. Pode-se destacar, sobretudo, a transformação do sentido de quando os telefones, fixos e celulares, podem ser utilizados. Ao serem interrogados sobre em quais circunstâncias deve-se utilizar cada um, os jovens responderam com um aparente relato automático e rígido, em vista do valor financeiro das ligações, que os telefones fixos devem ser utilizados em casa, enquanto que os

celulares somente quando estivessem fora, para chamadas breves, devido ao alto custo das ligações. Aqui se observa claramente um discurso remanescente da modernidade, onde existiam padrões fixos e regras de funcionamento em que havia barreiras impermeáveis entre uma forma de uso e a outra. No entanto, tal discurso é profundamente abalado:

(...) pelo relato que os mesmos sujeitos fazem a respeito de sua prática pós-moderna de uso de telefones celulares. Nessa prática, não há lugares nem tempo determinados para nada. Tudo passa a ser fluido e liso, como é característico da pós-modernidade. (...) As membranas impermeáveis, que o discurso do “fixo em casa” sugeria existirem entre os usos de telefones fixos e celulares, provam já se terem tornado porosas o suficiente para permitir a interpenetração de usos e espaços. (Nicolai-da-Costa, 2004, p.90).

Observa-se então que uma das características da contemporaneidade é romper com alguns conceitos radicados da modernidade. Durante a era moderna havia como ideal subjetivo um sujeito interiorizado e reflexivo, que se consolidava subjetivamente a partir de referenciais normatizadores, tais como família patriarcal, estado do bem estar social e regimentos disciplinares – tais como a escola – bem arraigados e fechados em si (Maia, 2003). A estruturação psíquica da era moderna foi consolidada a partir de um referencial de quebra de uma identidade já assumida, tal como ocorria durante a era pré-moderna, e o estabelecimento de uma nova identidade, que teria dispositivos onde fixar-se, visto a existência dos anteriormente citados referenciais normatizadores.

De tal forma, podemos observar a mudança não só do discurso apontado na pesquisa, pois este permanece o mesmo, como um traço ainda da modernidade, que por si mesma é algo apoiado em regimentos de disciplina e fixação de conceitos e idéias. (Rocha, 2007). Cabe lembrar que a grande questão conflitiva apontada por Freud nas neuroses era entre razão e paixão, onde as manifestações sintomáticas traziam o discurso manifesto de normatização em constante conflito com o arcabouço pulsional. Assim, de um lado haviam conceitos bem arquitetados sobre os modos subje-

tivos que deveriam ser tomados como modelos, representando um discurso de fixidez de idéias. Por outro lado um constante manancial inconsciente, pulsando para vir à tona, em choque com os conceitos formulados. O que de fato há é uma alteração no real sentido deste discurso, tornando a fala um conteúdo manifesto que não condiz com o intrincado latente que a mesma também porta em si.

Outro interessante aspecto observado pela pesquisa diz respeito à modificação do que é considerado como emergência. Este traz não só um aspecto de contradição, mas também mostra ter havido uma completa diluição e fusão de significados, que permite uma justaposição semântica dos sentidos (Nicolai-da-Costa, 2004). No início da difusão dos aparelhos celulares no Brasil, os pais os davam aos filhos a fim de garantirem um estado de segurança, devendo os mesmos serem utilizados somente em casos de extrema necessidade, devido ao alto valor das tarifas. No entanto, com a difusão da telefonia celular, o custo das ligações tornou-se menos caro (não necessariamente mais baratos). Tal fato legitimou uma nova prática entre estes jovens; eles absorveram o discurso parental sobre a forma de utilização dos celulares para situações de **emergência**, criando um novo sentido para este vocábulo (Nicolai-da-Costa, 2004).

Junto da disseminação do uso dos celulares, as situações emergenciais tomaram um novo sentido, visto que os jovens legitimavam o uso constante dos aparelhos para ligações para amigos, conhecidos, namorados etc. Os pais destes jovens continuaram se valendo do discurso da restrição das ligações visto o alto custo das mesmas, o que levou os jovens a recorrer ao discurso da “urgência” ou “emergência” para justificar seus excessos.

A autora da pesquisa observa que este fato poderia facilmente ser justificado pelas artimanhas utilizadas pelos jovens a fim de justificarem seus discursos. Artimanhas encontradas no campo da dissimulação e manipulação sobre o que é urgência ou não, justificando aos pais estados de emergência que não fossem condizentes com a realidade. No entanto,

(...) essas transformações podem indicar muito mais do que uma simples manipulação. Nesse contexto, no qual

fronteiras são diluídas e a experiência se torna fluida porque as membranas que separavam o que “era” do que “não era” estão se tornando cada vez mais permeáveis, esse conjunto de pequenas manobras parece estar tendo conseqüências mais permanentes e profundas, isso porque um outro importante deslizamento de significado se soma àqueles já mencionados. Este último é decorrente daquela que é quase unanimemente apontada como característica distintiva da pós-modernidade: a do imediatismo. (Nicolai-da-Costa, 2004, p.91)

A pesquisa alcança, neste ponto, um interessante significado. Tanto a modificação sobre o sentido do uso do telefone fixo e do celular quanto a alteração da semântica sobre o que vem a ser uma situação emergencial, dizem respeito a necessidade de um permanente contato entre as pessoas, onde o tempo é engolfado pela proximidade do espaço proporcionada pelo incremento das novas tecnologias. A pesquisa traz menos que o significado de uma simples mudança semântica no sentido do discurso do que uma real mudança estrutural no comportamento dos indivíduos. Manter-se num estado de conexão permanente, onde nada pode ser perdido e toda informação precisa ser registrada, tornou-se a mais imperiosa forma de nortear o sujeito dos tempos atuais.

Há a exaltação da necessidade de manter todo espaço, que pode ser aberto ao inusitado, preenchido por uma constante de identificações recíprocas. Em outras palavras, o que esta pesquisa, de resultados aparentemente simples nos mostra é o quanto um pequeno aparelho que serve à conexão, tornou-se um dispositivo fundamental para mediações identitárias na contemporaneidade. Em suas últimas conseqüências, o que o resultado desta pesquisa nos traz é a tecnologia servindo como um prolongamento do sujeito, ou melhor, os eficazes aparelhos seriam uma forma de resgate de tempos primitivos, vivências marcadas por estados de ligação plena e permanente. Estados primitivos estes que caracterizavam quando toda pequena situação de desconforto era sentido como uma profunda ameaça à própria vida do sujeito, tempos estes em que a **emergência** ganhava *status* de sustentação da vida. Seriam estes pequenos e permanentes movimentos cotidianos de interação ininterrupta, de permanente conexão para sustentar possíveis

abalos identitários, formas de resgate de uma situação há muito perdida de plena satisfação egóica? Seriam as novas tecnologias de conexão uma tentativa de restaurar o cordão umbilical?

Em nome da vantagem da rapidez dos equipamentos e da necessidade de preencher inexoravelmente o tempo da vida, o homem contemporâneo deixa de ter o tempo, de experimentar o vazio fecundo que lhe permitiria viver o espaço criativo da imaginação e da reflexão crítica. (Millan, 2002, p.60)

Estes estados de conexão que se vêm permanentes a fim de responder ao imperativo da não ausência, de não se poder experimentar estes estados de **vazio fecundo** apontados logo acima por Millan. Estados estes que, fundamentalmente, despertam mal-estar e angústia ao sujeito. Hoje o que parece estar em questão é a não-diferença – ausência de sofrimento e conseqüente angústia –, e o que se propaga aos quatro cantos é a exortação da vivência de qualquer estado de mal estar, falta ou desejo. Há promessas de gozo sem que se precise pagar por isto, sem implicação subjetiva própria. No desconforto trazido pelo estado desejante, procura-se um gozo hedonista e ilimitado, colocando-se a fronteira do limite somente quando há um movimento que compele o sujeito à obrigatoriedade da escolha... eis que então procura-se novos caminhos, podendo este ser o de um matagal, à exemplo da propaganda, ou a conexão permanente vivida pela psique contemporânea.

Nada-devo-nada-falta: o gozo eufórico contemporâneo

De volta à propaganda televisiva, podemos nos perguntar: Será a condição do nada-devo-nada-falta uma condição real ou ilusória? Tal resposta não é tão simples quanto aparenta.

Estando entre dois caminhos, o real se coloca e a vida se faz presente, pois na recusa da escolha, o jovem se remete a um matagal, a um **não caminho**. Neste instante, ao recusar a escolha, o indivíduo se remete ao nada. Este parece ser algo característico do sujeito da pós-modernidade, recusando a escolha, nega-se a perda. Para que haja escolha tem que haver uma perda. A ordem é

de subversão, como se fosse possível percorrer todos os caminhos. É como se, ao final deste novo caminho, pudesse se reencontrar, num mesmo sentido, as duas vias às quais ele obrigatoriamente teve de abandonar. A nova construção nada mais é que a tentativa de reparação de um estado de gozo, onde, ilusoriamente, ao final, poderia ser restabelecida, reparada, a condição resultante da perda do gozo ininterrupto até então.

Certamente, há um grande engodo aí, pois percorrer todos os caminhos – a exemplo da propaganda – e manter-se permanentemente conectado – como na pesquisa – parece ser uma ilusão, digamos necessária, um anteparo, visto que a angústia do real está sempre presente, como uma espécie de sombra.

Desde os primórdios originários do psiquismo, o sujeito é sempre convocado a fazer uma espécie de escolha em relação a um Outro. Basta-nos lembrar da metáfora de Lacan (1964/1985, p.201) quanto a esta entrada dramática na vida: “a bolsa ou a vida!”. Se ele escolhe a vida, perde a bolsa, mas se ele escolhe a bolsa, perde a vida. Ainda assim vale ressaltar que, quando a criança abre mão de seu advento como sujeito dividido para não assujeitar-se ao Outro com linguagem (Fink, 2002), ela está escolhendo um caminho de vitória de si não se alienando ao Outro, mas adoecendo em si na forma subjetiva de uma psicose ou autismo. Escolhas implicativas cruciais que tendem simplesmente a conformar modos de subjetivação obliteradores radicais da fenda, também radical, posto que ineludível, que é o desamparo originário.

A alteridade está presente desde a origem do psiquismo como fundante deste, conforme as operações fundamentais descritas na leitura Lacaniana, mas também está em permanente dialética com os processos de subjetivação nos modos de vivência atuais.

O Outro, que é fundante desde a origem de uma criança, é também este Outro que se transforma mediante o contexto sócio-cultural, o qual também interfere no processo contínuo de subjetivação. Nesta condição, os modos de vivência estão implicados na origem psíquica, sendo esta uma articulação histórica que nos leva a considerar impensável tal origem como propriamente a-histórica. Desta forma, consideramos que a relação entre o que se

dá num arrolamento intersubjetivo inicial dentro de uma perspectiva micro (desejos), também se dá numa perspectiva macro (cultura).

Se o indivíduo pós-moderno considera que a tudo pode escolher, isto se constitui em um campo de ilusão, pois haverá um instante em que este campo demonstrará sua fragilidade, evidenciando a angústia do real que se destampona, ainda que seja em condições evacuatórias em ato (a pulsão sem mediação). A angústia evidencia-se também na ordem do gozo, nas patologias do vazio, nas condições psicossomáticas onde há falta de representação, nas depressões e nas apatias. Estas últimas, fortemente caracterizadas pela desafetação, como em grande manifestação contemporânea do esvaziamento e precariedade da construção do espaço psíquico, em que idéias e afetos se fazem representar, com sérias dificuldades de significar a dor e expressá-la em toda a sua extensão.

Por sua vez, a relação de alteridade (simbólico e material) ganha um contorno bastante singular. A atualidade revela um modo de relação masoquista intersubjetiva bastante proeminente. “O masoquismo da contemporaneidade é uma figura tecida socialmente por meio de uma rede horizontal: um outro indivíduo, um par, é posto pelo sujeito [masoquista] no lugar de mestre, soberano (...)” (Fortes, 2003, p. 76). Frente à dor de viver o desamparo como algo encarnado, sentido de forma visceral pelo indivíduo, este realiza novos mecanismos de constituir-se psiquicamente. Nesta posição masoquista, há uma relação de subserviência a um outro, que está colocado em condição magistral para fazer frente ao desamparo. Nesta perspectiva, o sujeito entrega-se ao desejo do outro, servindo de objeto de expiação frente à carência erótica originada pelos tempos de hiperconsumo. As relações de alteridade servem, sob esta nova perspectiva, para relegar a dimensão da falta a um limbo qualquer, visto os estados fusionais e homogeneizantes (Birman, 2003). O que se encontra em pauta nesses modos de relacionamento masoquistas não é a dor que o sádico imprime ao masoquista, mas sim o estado de servidão, humilhação e assujeitamento em que o masoquista se coloca (Fortes, 2003).

Este modo de subjetivação atual que traz em si estes ideais subjetivantes (narcísicos, hedonistas) nesta perspectiva macro (histórico-social e cultural) em sua dialética com o estado originário,

nos faz pensar em uma frouxidão da relação simbólica originária, que tem oscilado e vacilado. Na clínica infantil esta fragilização nas relações iniciais pode ser pensada como um dos fatores causadores de transtornos que se evidenciam no campo da linguagem, ou seja, da fala propriamente dita, de crianças que, embora tenham o aparelho fonador perfeito, não conseguem “falar”.

Peres (2001) aponta para a fragilidade na relação com o outro e para a fissura da própria identidade que se traduz na pergunta constante de quem sou, o que faço e o que desejo. Muito embora o indivíduo possa se dizer livre para escolher, ele fica aprisionado a essa pseudoliberalidade, que nada mais é que a inexistência de laços que o conduzam pela vida. Preconiza que a doença atual é uma **doença de vínculos** e que a liberdade do vazio não encontra outra resposta a não ser a angústia.

É possível que nosso maior mal-estar repouse exatamente nessa doença dos vínculos ou, se quisermos, do narcisismo. Já não cremos, não obedecemos, não nos orientamos, não admiramos. E nesse abandono ao outro vai encorajando nossos invólucros narcisistas. O descartável é o predominante em nossa época: valores, pessoas, relações, instituições, objetos, teorias. Assim sendo, necessariamente, para enfrentar o vazio da desesperança, o mundo necessita ser fetichizado – valores são incorporados ao sem valor. (Peres, 2001, p.12)

Seguindo este raciocínio, a fetichização que dá a sustentação à mercadoria como objeto de consumo, sustenta o mito da tecnologia que se reitera sem cessar, através de um objeto consumível e nunca atingido, sempre com a promessa de um novo e melhor, numa cadeia simbólica infinita e sempre mais cara (Homem, 2003). É como se tivéssemos sempre correndo atrás de um objeto pleno da promessa de felicidade e prazer, mas que sempre nos deixa em defasagem, na medida em que outros objetos surgirão numa velocidade alucinada, nos remetendo a mesma promessa.

Considerações finais

Como vem se constituindo então as crianças hoje, banhadas por esses valores, numa cultura de excessos, do imediatismo,

do prazer, da ilusão de ligação permanente via conexão celular, da alimentação *fast food*, do ativismo exagerado, da produção, da acentuação do narcisismo?

Certamente que a infância hoje não é a mesma de outros tempos. Ainda que as operações sejam fundamentais (citadas no tópico “origem do psiquismo: uma abordagem metapsicológica”), os operadores são mutantes.

Neste sentido, a mãe ou o pai, como operadores representantes do homem contemporâneo parecem prescindir da representação de suas próprias experiências, seu saber vivencial, que chamamos de vida psíquica. O espaço da troca relacional tem sido empobrecido por outras relações tecnológicas como jogos ou brinquedos eletrônicos, computador, Internet ou televisão. Ou ainda, delegam o saber total de seus filhos a especialistas como pediatras, psicopedagogos, psicólogos, nutricionistas e educadores de diversas áreas.

Constatamos uma mudança de prioridades, em que o saber formal e educacional é colocado em primeiro plano, em detrimento do saber vivencial parental. A mãe então, desautoriza-se de seu saber e a ciência nas suas múltiplas especialidades, toma a criança contemporânea e apropria-se de seu desenvolvimento psicológico, cognitivo e afetivo, fragmentando-a, pois cada especialidade conhece, mediante um saber científico, um pouco da criança ou do ser humano.

Esta fragmentação, elemento contemporâneo que proporciona ao indivíduo a sensação de poder obter tudo com mínimo de esforço e máximo de gozo, conforme foi analisado nas ilustrações do cotidiano, também se faz presente nas relações iniciais que se estabelecem entre os pais e as crianças. Tal fragmentação está referida à compreensão fracionada dos saberes, como também aos cuidados primordiais, em que os bebês cada vez mais cedo são colocados em hoteizinhos, creches, instituições educacionais, babás, vizinhos, avós, os quais assumem parcialmente esses cuidados.

Junto com a fragmentação, cujo sentido é de se atingir um estado de completude tais como: “meu filho vai se desenvolver em todas as áreas” ou “está sendo cuidado por vários profissio-

nais”, há paralelamente, o excesso. Ou seja, as crianças também têm sido tomadas dentro de uma ótica de adultos miniaturizados, pequenos executivos, com agenda repleta de atividades desde o início de suas vidas, sustentadas narcisicamente por seus pais, que vislumbram o futuro glorioso de um filho perfeito. Este é o modelo adultomorfo projetado nas crianças, o qual advém não só das demandas parentais (gozo narcísico), mas das demandas sociais, de um eu ideal social.

A partir deste olhar da sociedade, que exige que a criança corresponda a uma imagem modelo, pode-se declarar, de certo modo, o fim da infância, caracterizado por um estímulo à autonomia, competição e uma independência forçada. Paradoxalmente, vemos se constituírem ao mesmo tempo sujeitos com formações identitárias frágeis e relações alteritárias pouco consistentes.

A partir de agora, então, podemos comparar a criança “desplugada” precocemente em termos simbólicos, seja de seus pais ou do direito de viver a sua infância, com o sujeito contemporâneo “plugado” todo o tempo em uma conexão permanente, onde nada pode ser perdido (tema trabalhado na propaganda automotiva quanto à dimensão da não perda) e todo o espaço deve ser preenchido por uma constante de identificações imagéticas recíprocas.

Esta criança incitada a ser autônoma o mais rápido possível mediante uma falsa segurança material, onde ela é socorrida a todo tempo em coisas que lhe faltam, é o mesmo adolescente ou adulto que vai permanecer “plugado”, como se imaginariamente pudesse resgatar tempos primitivos e vivências marcadas por estados de ligação plena e permanente, sendo suprido a todo tempo, como se fosse um cordão umbilical. Este estado de coisas reflete a insegurança afetiva, vazio que ficou tamponado pela segurança material conquistada a partir de ideais do eu contemporâneo vinculado a objetos de que o sujeito necessita para alcançar a felicidade.

Mas o que pede uma criança? Brinquedos, roupas, sapatos, jogos, tecnologia? Conforme nos diz Dolto (1985/2005, p.76),

“o que conta para uma criança é a tolerância que se tem para as dificuldades que ela tem para se adaptar à vida, e o amor que lhe é dado para ajudá-la a tomar consciên-

cia disso. A segurança material pode ficar para depois da segurança afetiva”.

O que vemos em nossa atualidade é o inverso disto. Primeiro vem a segurança material, em que o excesso predomina a partir da lógica consumista e o espaço para frustrações é continuamente denegado. Assistimos a uma substituição alucinada de possíveis objetos que visam a um preenchimento dos estados faltantes e suas conseqüências subjetivas inegáveis, como já referidas acima, tais como a fragilidade e a precariedade interna, o mal estar e a grande insegurança como sentimentos característicos e preponderantes de nossos dias.

O que podemos concluir diante destas constatações é que a constituição psíquica não é a-histórica. Ela se inscreve e é inscrita na lógica das construções sociais e culturais que estão em constante mutação. As características específicas do tempo em que vivemos levam-nos a pensar com cautela, nas tendências de formações patológicas citadas no texto: as patologias do vínculo, as patologias narcísicas, todas indicadoras da sobrecarga que vem se colocando sobre o “eu”, nesta constante tarefa de auto-superação.

Esta tarefa pode levar a uma posição de recusa a pensar, o que evidenciamos cada dia mais, e a centrar as preocupações principalmente no próprio corpo e na ação, numa busca frenética de soluções imediatistas onde as técnicas terapêuticas alternativas e a medicalização driblam a possibilidade de sofrer suas dores e o enfrentamento consigo mesmo (subjetividade) e com o outro (alteridade) (Cimenti, 2003). É neste campo em que a psicanálise pode se inscrever, a medida em que sabemos ser possível provocar interferências nestas novas formas de constituição psíquica, bem como nas condições de subjetivação que delas se advém.

Referências

- Albuquerque, A. B. (2004). Produção de subjetividades, processos de subjetivação. In C. A. Peixoto Jr. (Org.), *Formas de subjetivação* (pp. 95-114). Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Araújo, C. V. F. (2002). Pai, mãe e filho: Reflexões sobre a família e

- educação na modernidade. *Estilos da Clínica*, 7 (12), 100-111.
- Birman, J. (2003). *Mal-estar na atualidade: A psicanálise e as novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Botbol, M., & Lecoutre, C. (2004). Os pais e a escola. In M. C. P. da Silva (Org.), *Ser pai, ser mãe parentalidade: Um desafio para o terceiro milênio* (L. S. Ponton, Trad., pp.133-139). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Cimenti, M. E. (2003). *Dor, violência e destrutividade nos tempos atuais*. Recuperado em 15 abril, 2005, de <http://www.estadosgerais.org>
- Dolto, F. (2005). *A causa das crianças*. São Paulo: Idéias e Letras. (Originalmente publicado em 1985).
- Fernandes, L. R. (2000). *O olhar do engano: Autismo e o outro primordial*. São Paulo: Escuta.
- Fink, B. (1998). *O sujeito lacaniano, entre a linguagem e o gozo* (M. L. S. Câmara, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Fortes, I. (2003) O masoquismo: Uma figura de servidão. In M. Arán (Org.), *Soberanias* (pp. 75-80). Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Fortes, I. (2004). O sofrimento na cultura atual: Hedonismo versus alteridade. In C. A. Peixoto Jr. (Org.), *Formas de subjetivação* (pp. 69-93). Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Freud, S. (1977). *Uma dificuldade no caminho da psicanálise* (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol 17). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1925).
- Herrmann, F. (1998). *Psicanálise da crença*. São Paulo: Artes Médicas.
- Herzog, R., & Salztrager, R. (2003). A formação da identidade na sociedade contemporânea. In T. Pinheiro (Org.), *Psicanálise e as formas de subjetivação contemporâneas* (pp. 27-42). Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Homem, M. L. (2003). *Entre próteses e prozacs: O sujeito contemporâneo imerso na descartabilidade da sociedade*

- de consumo*. Recuperado em 15 abril 2005, de <http://www.estadosgerais.org>
- Jerusalinsky, J. (2002). *Enquanto o futuro não vem: A psicanálise na clínica interdisciplinar com bebês*. Salvador, BA: Ágalma.
- Lacan, J. (1985). *O seminário: Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar. (Originalmente publicado em 1964).
- Lipovetsky, G. (2004). *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Barcarolla.
- Maia, M. S. (2003). *Extremos da alma*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Maia, M. S., & Albuquerque, A. (2000). Get there now! Cultura Contemporânea, imediatismo e desamparo. *Pulsional Revista de Psicanálise*, 13 (132), 81-88.
- Millan, M. P. B. (2002). *Tempo e subjetividade no mundo contemporâneo: Ressonâncias em clínica psicanalítica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Miller, J.-A. (2002). *O percurso de Lacan: Uma introdução*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Nicolai-da-Costa, A. M. (2004). A passagem interna da modernidade para a pós-modernidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 24 (1), 82-93.
- Passos, M. C. (2002). Família: O que muda e o que permanece em diferentes configurações. *Cadernos de Psicologia*, 12 (1), 31-43.
- Peres, T. V. (2001). *Culpa*. São Paulo: Escuta.
- Pinheiro, T., & Verztman, J. S. (2003). As novas subjetividades, a melancolia e as doenças auto-imunes. In T. Pinheiro (Org.), *Psicanálise e formas de subjetivação contemporâneas* (pp.77-104). Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Plastino, C. A. (2001). Síntese, impasses e descoberta. In *O primado da afetividade: A crítica freudiana ao paradigma moderno* (pp. 55-90). Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Rocha, T. H. R. (2007). *Modos de subjetivação contemporâneos: Considerações psicanalíticas sobre desejo, alteridade e pulsão*.

Dissertação de mestrado não publicada. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais.

Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. (A. Telles, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar.

Zornig, S. A. (2001) Da criança-sintoma (dos pais) ao sintoma da criança. *Psicologia Clínica*, 13 (2), 119-127.

Recebido em 30 de maio de 2007

Aceito em 31 de outubro de 2007

Revisado em 7 de dezembro de 2007